



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 15, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2009.

Exclui da competência territorial da Central de Protocolo de Petições os processos privativos da 15ª Vara Cível da Capital – Fazenda Municipal e dá outras providências.

O DES. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 02/2005, do Tribunal de Justiça de Alagoas, de 03 de maio de 2005, que estabeleceu a criação e funcionamento da Central de Protocolo de Petições;

CONSIDERANDO, ainda, o que dispõe o Provimento nº 01/2007, que estabelece normas gerais de funcionamento da Central de Protocolo de Petições tanto iniciais quanto intermediárias e sua regulamentação;

CONSIDERANDO, finalmente, o disposto no Provimento nº 15/2007, que aprimora as normas gerais de funcionamento da Central de Protocolo de Petições Iniciais e Intermediárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam excluídas as petições iniciais e intermediárias, referentes a processos privativos da 15ª Vara Cível da Capital – Fazenda Municipal, da Central de Protocolo de Petições de que trata o art. 3º do Provimento nº 01/2007 c/c o art. 1º do Provimento nº 15/2007, devendo ocorrer a entrega das petições diretamente nessa Vara.

Art. 2º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maceió, 03 de novembro de 2009.

DES. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça